

ANC p8

Para Cardoso, plenário aprova 5 anos se houver empenho do presidente

por Riomar Trindade
do Rio

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte deverá optar pelo presidencialismo como sistema de governo, revertendo assim a decisão da Comissão de Sistematização que reintroduziu no País o parlamentarismo. Essa opinião foi manifestada ontem, no Rio, pelo governador mineiro Newton Cardoso, defensor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

"Nos contatos que venho mantendo com Brasília, aferi que a tendência atual dos constituintes é pelo presidencialismo, com um mandato de quatro anos para o presidente Sarney", afirmou Cardoso, em entrevista, no Copacabana Palace Hotel. O governador mineiro admitiu ainda que, se o presidente da República mostrar disposição política de "lutar" por um mandato de cinco anos, o plenário da Constituinte poderá também alterar o mandato de quatro anos aprovado, por escassa diferença, na Comissão de Sistematização.

Cardoso disse que não participou das duas últimas reuniões de governadores do PMDB, realizadas no Rio, porque não foi convidado, "provavelmente em razão da posição contrária ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney". Ele continua defendendo a idéia de que realizar eleições presidenciais em 1988 não é conveniente ("haverá eleições municipais e as constitui-



Newton Cardoso

ções estaduais terão de adaptar-se ao novo texto constitucional"), mas salientou que, "em política, não se pode ir contra os fatos, isto é, o mandato de quatro anos está aprovado preliminarmente e reverter essa decisão depende da vontade de lutar do presidente Sarney".

Cardoso afirmou também que o PMDB, por enquanto, não deve "pensar" na sucessão presidencial, concentrando sua atenção na tarefa de concluir a transição democrática através da aprovação da nova Constituição. O texto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização não agrada ao governador mineiro, particularmente nas relações de trabalho ("a demasiada proteção ao trabalho da mulher vai acabar por discriminar as mulheres", afirmou) e no capítulo da estabilidade no emprego. "A estabilidade pode levar o País a uma onda de falências", afirmou.